

# Portugal e Irlanda: o impacto da crise financeira internacional sobre a competitividade

O *INSTITUTE FOR MANAGEMENT DEVELOPMENT* (IMD) publica anualmente, desde 1989, seguindo uma metodologia normalizada, uma das fontes mais utilizadas e consistentes no tratamento da competitividade nas suas múltiplas facetas – o *IMD World Competitiveness Yearbook*.

De acordo com o *ranking* publicado pelo IMD, regista-se de 2007 para 2010 uma alte-

ração do posicionamento de países como Portugal e Irlanda em termos de competitividade, apresentando Portugal uma melhoria relativa na competitividade, enquanto se assiste à deterioração da posição irlandesa. Este facto levanta inúmeras questões: desde logo se estamos perante um fenómeno conjuntural ou estrutural e em que medida os modelos de desenvolvimento que caracterizam os dois

países condicionarão a capacidade para absorver a crise e o seu desempenho económico futuro. Estamos em crer que a crise económica internacional contribuiu para esta alteração no índice de ambos os países, tendo afectado de forma mais profunda a Irlanda. Não obstante, parece-nos importante salientar que, em face do modelo de desenvolvimento adoptado na última década pelos dois países, caso o esforço financeiro para sair da crise não destrua os alicerces do próprio modelo de desenvolvimento Irlandês, este país estará em melhores condições para retomar um crescimento económico sustentado. Ainda assim, importará aferir o real impacto da crise e das medidas entretanto implementadas e a imple-

mentar pela Irlanda (em função da negociação com o Fundo Monetário Internacional e a União Europeia) na eventual alteração do seu modelo de desenvolvimento económico.

## A competitividade dos países do Sul da Europa – Portugal, Itália, Grécia, Espanha – e da Irlanda (período 2007-2010)

Em termos relativos, em 2010, a Irlanda é o país melhor posicionado (21.<sup>a</sup> posição no *ranking* global), seguido pela Espanha na 36.<sup>a</sup> posição e por Portugal na 37.<sup>a</sup>, encontrando-se Itália e Grécia nos últimos lugares do grupo em análise. Em termos evolutivos e para o período compreendido entre 2007 e 2010, excepção feita para Itália e Portugal, que melhoraram dois lugares no *ranking*, os restantes países analisados registaram descidas no *ranking* global de 2007 para 2010.

“ [...] Portugal encontra-se num círculo vicioso [...] não pode deixar de [...] afectar recursos escassos ao financiamento da dívida [que] [...] impedirá o investimento [...] ”

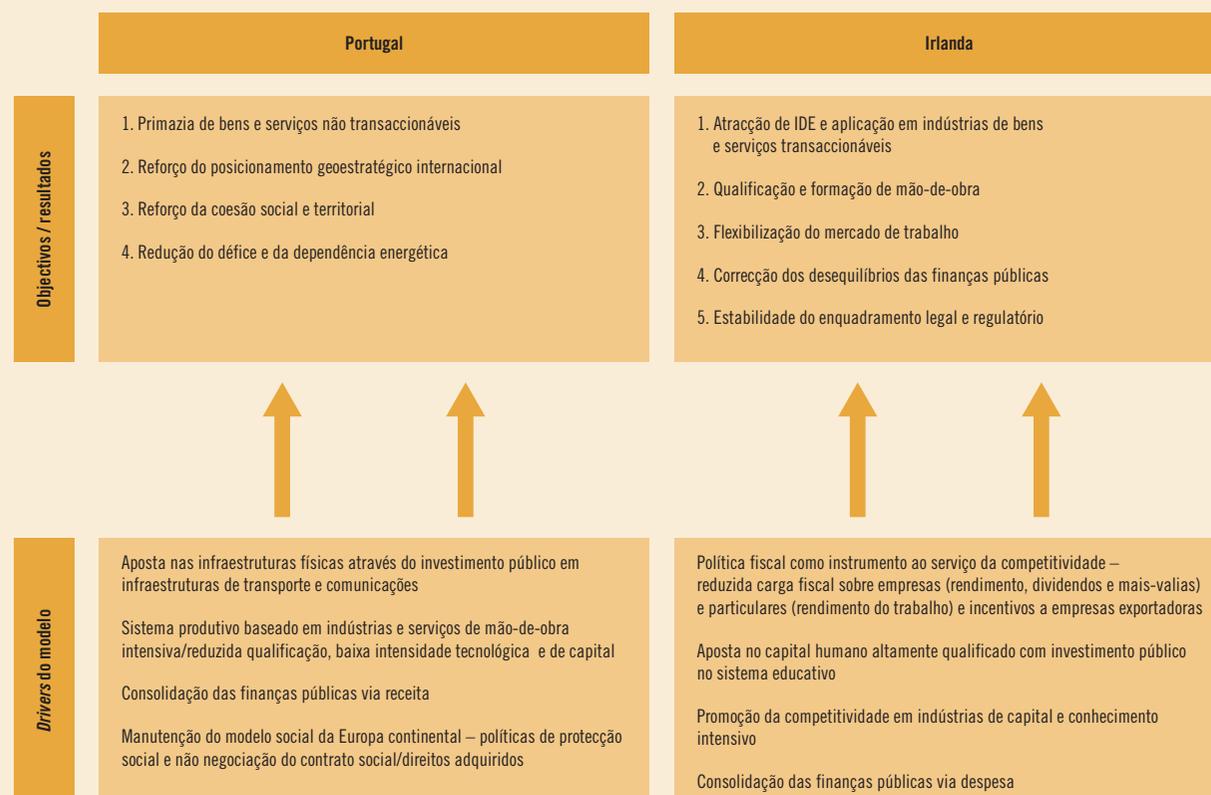
Em termos genéricos, as componentes que mais contribuíram para a alteração do posicionamento no *ranking* global de cada um dos países foram as seguintes:

- **Portugal:** a melhoria de duas posições no *ranking* global resulta de dois efeitos em sentidos opostos: por um lado a deterioração da posição portuguesa em termos da eficiência do governo e nos negócios, efeitos estes compensados pela melhoria registada em termos de *performance* económica e infraestruturas;
- **Itália:** a subida de 2 posições baseou-se essencialmente na melhoria da *performance* económica;
- **Grécia:** descida de 10 posições face a 2007, com forte contributo da componente de eficiência do governo (passou de 43.<sup>o</sup> para 54.<sup>o</sup> no *ranking*) e eficiência nos negócios (queda de 10 posições) registando a componente infraestruturas a única variação positiva;
- **Espanha:** queda de 6 posições em função da deterioração de três das quatro compo-

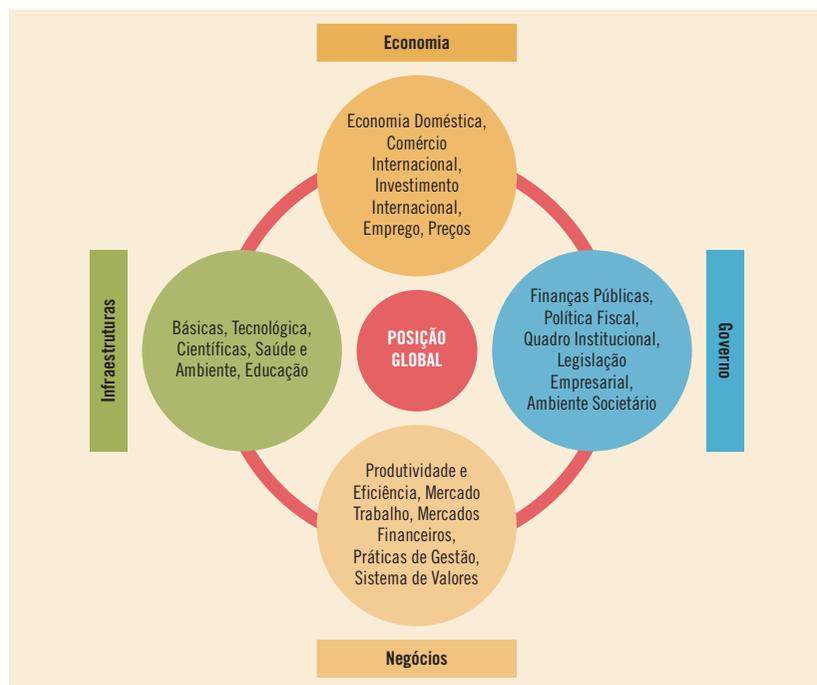
### MODELOS DE DESENVOLVIMENTO DE PORTUGAL E IRLANDA

O modelo de desenvolvimento da Irlanda, até há poucos anos apelidada como o *Tigre Celta/Poorest of the rich/ Europe's shining light*, é bastante distinto do português, assentando, por um lado, numa estratégia económica consistente e continuada e, por outro, na dotação de factores (de natureza estrutural e conjuntural nas ópticas política, social, demográfica e cultural) que não só permitiram a prossecução dessa mesma estratégia, como a potenciaram. Em relação à dotação de factores, aspecto que funciona como vantagem comparativa para a Irlanda melhorando a produtividade dos diversos sectores e a sua competitividade, importa destacar, pela sua relevância e impacto no nível do desenvolvimento registado, os seguintes aspectos: (1) a forte ligação ao mercado norte-americano (fruto das sucessivas vagas de emigração, do facto de a língua ser comum, etc.) e britânico (em face da proximidade física); (2) alteração demográfica registada (elevadas taxas de natalidade, retorno de emigrantes qualificados, etc.); (3) estabilidade política e social (durante os últimos 5 anos) e (4) pertença à União Europeia (sendo este país encarado como a porta de acesso preferencial ao mercado único por um alargado número de empresas com origem fora da União Europeia).

Na figura seguinte procura-se sistematizar os **modelos de desenvolvimento português e irlandês**:



Assim, as principais diferenças ao nível dos modelos de desenvolvimento adoptados residem (i) na tipologia de investimento efectuado pelo Estado (infraestruturas físicas *versus* humanas) (ii) no enquadramento legislativo, regulatório e fiscal (primazia por um modelo mais flexível no caso irlandês) (iii) relação de forças entre sector dos bens transaccionáveis e não transaccionáveis.



Metodologia do *Institute for Management Development (IMD)*. Fonte: Pedro Arêde.

nentes da competitividade: desempenho económico, eficiência do governo e eficiência nos negócios;

• **Irlanda:** apesar de ser o país melhor posicionado do grupo em análise, a Irlanda sofreu uma queda de 7 posições no *ranking*, com forte contributo de 2 componentes: eficiência do governo e nos negócios.

### Impacto da crise financeira na Irlanda e em Portugal

Apesar do sucesso do modelo de desenvolvimento irlandês durante a última década, a economia Irlandesa registou um forte crescimento ao nível do crédito, facto que alimentou a bolha imobiliária, expondo simultaneamente os bancos ao risco do mercado imobiliário, ficando a actividade económica fortemente dependente do sector financeiro e da construção. Associados ao forte crescimento económico registado na última década, registaram-se aumentos ao nível dos preços e salários, o que levou a uma descida da competitividade. A partir de 2007, em resultado da crise financeira internacional, os activos imobiliários registaram acentuadas desvalorizações, facto que afectou fortemente a banca irlandesa. Na tentativa de ultrapassar esta questão, o governo irlandês, através da *National Asset Management Agency*, prosseguiu uma estratégia de aquisição de activos imobiliários aos bancos, sendo que, simulta-

neamente, tem participado na recapitalização da banca irlandesa (no primeiro caso, através da assumpção/compra de activos de modo a injectar liquidez nos bancos em função da fraca procura no mercado imobiliário e, no segundo caso, via aumentos de capital de modo a que os bancos possam fazer face à inadequação entre activos/responsabilidades e a respectiva estrutura de capitais). Deste modo, em função da queda da actividade económica (queda do produto, aumento do desemprego, perda de competitividade, etc.) e dos custos associados à recapitalização da banca, as finanças públicas da Irlanda viram o défice orçamental aumentar de 7% para 15% de 2008 para 2009, tendo as autoridades implementado como resposta um conjunto de medidas de consolidação orçamental na tentativa de conter o défice já em 2010.

Ao nível do posicionamento no *ranking* IMD, a crise financeira teve um papel primordial no desempenho deste país, afectando-o com maior intensidade que Portugal.

O impacto da crise em Portugal, apesar de importante, assumiu até agora uma menor intensidade do que no caso irlandês. A primeira razão para a menor intensidade dos impactos da crise financeira em Portugal assenta na maior solidez do sector bancário nacional, baseada nos seguintes aspectos: muito limitada exposição aos denominados activos tóxicos, ausência de uma bolha especulativa no sector imobiliário e menor exposição a

este mercado, modelos de negócio baseados na banca de retalho (por oposição a banca de investimento) e um sistema de supervisão regulatório comparativamente mais eficaz que o irlandês. Apesar da maior solidez da banca portuguesa, a economia nacional não deixou de sofrer os impactos da crise com a contracção do produto (passou de um crescimento de 2,4% em 2007 para um crescimento nulo em 2008 e uma queda de 2,6% em 2009), o aumento do desemprego (passagem de taxa de desemprego de 8,1% em 2007 para 9,6 em 2009), o agravamento do défice orçamental (2,6% do PIB em 2007 para 9,3% em 2009) e a deterioração do saldo da balança de transacções correntes e de capital (passagem de 8,1% do PIB em 2007 para 9,4% do PIB em 2009). Estes desequilíbrios (em particular o fraco crescimento estrutural e défice crónico ao nível da balança de transacções corrente) levam-nos a pensar que a economia portuguesa não se encontra actualmente numa muito melhor situação que a Irlanda.

### Posicionamento relativo de Portugal e Irlanda na saída da crise financeira

Apesar da aparente melhoria da posição competitiva portuguesa, a expectativa é que, uma vez ultrapassadas as questões de índole financeira que colocaram a Irlanda na actual situação, e na medida em que seja capaz de incorporar no seu modelo de desenvolvimento a melhoria dos aspectos que potenciaram a crise (nomeadamente a regulação do sistema bancário), este país deverá estar em melhores condições para proceder a uma recuperação mais rápida e sustentada que Portugal.

De facto, Portugal encontra-se num círculo vicioso, pois, por um lado não pode deixar de lidar com o problema financeiro, isto é, afectar recursos escassos ao financiamento da dívida pública e privada, sendo que, por outro, essa afectação de recursos para serviço da dívida impedirá o investimento e incremento de outros factores fundamentais para aumentar a produtividade e competitividade e consequentemente o produto, levando a que o país não tenha condições para sair da actual situação. Adicionalmente, os mercados financeiros têm vindo a penalizar Portugal, não apenas em função da fraca competitividade mas com base em outros aspectos, como o baixíssimo crescimento do produto, o forte endividamento público e privado e a baixa

credibilidade em termos de execução orçamental. De facto, em face da fraca execução orçamental em 2009, têm valido de muito pouco os argumentos que, numa primeira fase, procuraram a diferenciação face à situação grega e actualmente procuram estabelecer o distanciamento face à situação irlandesa (défice orçamental e a dívida pública apresentarem um peso mais reduzido face ao PIB; as contas públicas são credíveis, tendo Portugal no passado sido capaz de reduzir o défice orçamental [período 2005-2008]; ter implementado reformas estruturais – pensões de reforma; sector financeiro mais sólido).

Neste sentido, no curto-prazo afigura-se essencial a gestão da componente financeira da crise, através da credibilização das finanças públicas. No entanto, parece-nos que não será suficiente a apresentação de orçamentos exigentes do ponto de vista da redução do défice orçamental, sendo necessário o rigoroso cumprimento/execução das medidas e metas orçamentais estabelecidas para o período 2010-2012.

Por último, mais importante que a resolução da crise financeira/orçamental é ter a percepção que a actual crise financeira/orçamental e a sua gestão é apenas um aspecto do problema, não resolvendo/endereçando o problema económico central de Portugal – (ausência de) crescimento económico. Assim, tão ou mais importante que a credibilização ao nível da capacidade de disciplina orçamental do Estado português é o trabalhar na alteração do modelo de desenvolvimento económico nacional, nomeadamente, através da implementação de políticas que promovam a produtividade e a competitividade e consequentemente o crescimento económico. ■

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Vanda; CASTRO, Gabriela; FÉLIX, Ricardo Mourinho (2009) – “A economia portuguesa no contexto europeu: estrutura, choques e políticas”, em “A economia portuguesa no contexto da integração económica, financeira e monetária”. Departamento de Estudos Económicos, Banco de Portugal, 1.ª Edição, Lisboa.  
 BENTO, Vitor (2010) – “O nó cego da economia”, 1.ª edição, bnomics, Lisboa.  
 RIBEIRO, José Félix (2009) – “Globalização e crises financeiras – a crise do crédito *subprime* nos EUA (2007/8)”, Departamento de Prospectiva e Planeamento, Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, Lisboa.  
 COSTA, Carla Guapo (2004) – “Irlanda: a independência do tigre celta”. Departamento de Prospectiva e Planeamento, Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.  
 Institute for Management Development (2010) – “IMD World Competitiveness Yearbook”, 1.ª edição, IMD, Lausanne.